

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEEAV	Mário Antonio Masteguin (T)
ArcelorMittal	Thais Soares de Campos (T)
ASSEMAE	Ana Luiza Maziviero (T)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
Cetrel	Claudia Suplicy Romero de Assumpção (S)
CIESP - DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti (T)
CMR	Larissa Santiago (S)
Consórcio PCJ	Débora de Paula Papani (T)
DAE Jundiá	Rodrigo de Almeida Marçal (T)
	Mariá Fernanda Oliveira Bueno de Camargo (S)
	Talita Rodrigues (S)
Dedini S/A	Lucinéia Cristina Vitti Prata (S)
Elogi Soluções Ambientais	Luiz Fernando Nespeque Furtado (T)
	Guilherme Augusto Schardong Morete (S)
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (T)
	Jorge Antonio Mercanti (S)
IPEL	Willian Barroso (S)
IPSA-C	Alexandre José Medeiros (T)
Miracema Nuodex	Anderson Munhos Bandeira (T)
Oji Papéis	João Luis Duarte (T)
P.M. de Campinas	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
P.M. de Itatiba	Dennis Lai (S)
P.M. de Limeira	Jonathan Rafael Meckale (T)
	Ramon Marques de Carvalho (S)
P.M. de Piracicaba	Bruno Delarole (T)
	Giovanni Batista Campos (S)
SAEAN	Maria Augusta Padueli (S)
SANASA	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (T)
	Ana Luiza Maziviero (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
SIMESPI	Tatiana Delgado de Souza Koroiva (T)
UNICA	André Elia Neto (T)

Membros ausentes	
Entidade	
P.M. de Indaiatuba	
P.M. de Louveira	

Química Amparo Ltda
RHODIA
SABESP

Entidades ausentes com justificativa	
Entidades	
REPLAN	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Ingrid Pavan
	Rebeca Silva
	Denis Silva
	Kaique Barreto
Consórcio PCJ (JVPCJ)	Vanessa Longato
	Miguel Antunes Santos
Opersan	Ruan Pablo Vanin Alburgueti
P.M. de Paulínia	Larissa Araujo
Dedini S/A	Elaine Crespim
Município de Jundiá	Ana Caroline da Silva
	Massao Okazaki

(T) – Titular (S) – Suplente (C) – Convidado

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2026, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet*, a 109ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica, em 04 de fevereiro de 2026. **2. Abertura da 109ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Jorge Antônio Mercanti, coordenador da CT-Indústria e representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas (CIESP-DR Campinas) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que cumprimentou os participantes e agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. O Sr. Jorge, explicou que a pauta da reunião foi enviada junto a convocação, conforme prazo regimental. Em seguida, o Sr. Jorge deu as boas-vindas aos integrantes da 3ª edição do Movimento “Jovem, vem para o PCJ” (2025-2027), Srs. Juan Pablo Vanin Alburgueti e Miguel Antônio Santos, ambos do Consórcio PCJ. Destacou que a iniciativa visa



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

promover a participação de jovens (de idade e de conhecimento) na gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ. **3. Aprovação da minuta de Ata da 107ª Reunião Ordinária da CT-Indústria, realizada em 08/10/25, por videoconferência:** O Sr. Jorge Mercanti informou que foi feito o envio aos membros da minuta de ata da 108ª Reunião Ordinária da CT-Indústria, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, submeteu a minuta de ata para aprovação dos membros, solicitando que eventuais manifestações contrárias ou abstenções fossem registradas pelo chat da reunião. Não havendo manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade a minuta de ata da 108ª Reunião Ordinária da CT-Indústria, realizada em 10/12/25, na Rhodia, em Paulínia/SP. **4. Breve relato da situação do Sistema Cantareira e Bacias PCJ – Previsão Climática para os próximos meses:** O Sr. Jorge apresentou breve relato sobre a situação das Bacias PCJ no mês de janeiro de 2026, iniciando pelos dados de pluviometria do posto da REPLAN, unidade da PETROBRAS, no município de Paulínia/SP, ressaltando que se trata de estação consolidada, com série histórica contínua, instrumentos regularmente calibrados e praticamente sem interrupções de dados, sendo utilizada como referência comparativa desde 2014. Informou que, considerando os últimos 12 (doze) meses, o acumulado registrado foi de 1043 mm (mil e quarenta e três milímetros), valor inferior à média climatológica anual, de 1353 mm (mil trezentos e cinquenta e três milímetros), indicando que o período recente apresenta condição mais seca que a média histórica. Comentou ainda que, ao comparar com postos pluviométricos próximos da região de Valinhos, Vinhedo e Cosmópolis, observa-se comportamento semelhante, embora a estação REPLAN apresente valores ligeiramente inferiores à média da microrregião de Paulínia/SP. Na sequência, apresentou análises do *Standardized Precipitation Index (SPI)*, indicador utilizado para avaliar as condições de umidade do solo e a ocorrência de períodos de seca ou umidade. Explicou que valores abaixo de zero indicam condição de seca, enquanto valores acima de zero indicam maior

disponibilidade hídrica. Observou que os gráficos nas escalas de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses demonstram que a seca registrada em 2021-2022 foi mais intensa que a observada em 2014, ressaltando, entretanto, que naquele período a transposição da Bacia do Rio Paraíba do Sul contribuiu para evitar o esvaziamento completo do Sistema Cantareira. Informou que, com as chuvas ocorridas em janeiro de 2026, houve recuperação significativa dos indicadores SPI, com elevação dos valores nas duas escalas analisadas, aproximando-se novamente da condição de neutralidade, embora ainda permaneçam levemente abaixo de zero. Passando para a análise do Sistema Cantareira, o Sr. Jorge informou que a média climatológica anual da região de contribuição é de 1491 mm (mil quatrocentos e noventa e um milímetros) e que o acumulado observado nos últimos 12 (doze) meses foi de 1165 mm (mil cento e sessenta e cinco milímetros), indicando que a região de contribuição do sistema apresentou condição mais seca que a área das Bacias PCJ na região de Campinas. Ressaltou que esse cenário teve impacto direto no nível do sistema. Apresentou também comparação com os dados de SPI da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), cujos valores se encontram ligeiramente mais próximos da neutralidade, demonstrando igualmente recuperação recente em função das chuvas registradas no início do ano. Em seguida, apresentou síntese do Sistema Equivalente, que inclui o reservatório Paiva Castro, informando que a contribuição natural total foi de 30,4 m³/s (trinta metros cúbicos e quatro décimos por segundo), somada a 8,4 m³/s (oito metros cúbicos e quatro décimos por segundo) provenientes da transposição da Bacia do Rio Paraíba do Sul, totalizando aproximadamente 38,8 m³/s (trinta e oito metros cúbicos e oito décimos por segundo) de entrada no sistema. As saídas registraram 31,7 m³/s (trinta e um metros cúbicos e sete décimos por segundo), indicando elevação do nível em relação ao mês anterior, atingindo aproximadamente 23% (vinte e três por cento) no Sistema Cantareira. Apresentou também a série histórica do sistema, destacando que, de acordo com o comportamento médio, o nível tende a atingir seu valor máximo no mês de abril e o mínimo no mês de novembro, período que costuma ser mais desafiador também para as operações de tratamento de água em



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

razão do nível mais baixo e do aumento do carreamento de materiais no início das chuvas. Na sequência, comentou a situação do conjunto de reservatórios da Região Metropolitana de São Paulo, considerando o chamado Sistema Equivalente, apresentando um nível de 35% (trinta e cinco por cento) em 31/01/26, indicando que o nível observado encontrava-se aproximadamente 20% (vinte por cento) inferior ao registrado no mesmo período de 2025, ainda que alguns reservatórios, como o Guarapiranga, já apresentassem tendência de recuperação. Passando para a previsão meteorológica, apresentou análise de cartas sinóticas e imagens de satélite de diferentes instituições, destacando a atuação recente da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) e sua influência no transporte de umidade proveniente da Amazônia para a região Sudeste. Explicou que esse mecanismo atmosférico favoreceu episódios de precipitação significativa na região de contribuição do Sistema Cantareira, especialmente nos primeiros dias de fevereiro de 2026. Destacou registros elevados de precipitação em estações próximas aos reservatórios, com acumulados superiores a 100 mm (cem milímetros) em alguns postos pluviométricos, principalmente nas regiões de Piracaia e Atibaia, indicando evento de chuva abundante que contribuiu para a recuperação do sistema. Apresentou também projeções meteorológicas baseadas em modelos numéricos, incluindo previsões do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR), elaboradas por meio de análise de conjuntos de modelos (ensemble), ressaltando que a mediana dessas projeções tende a representar a tendência mais provável, embora exista variabilidade entre os cenários simulados. De acordo com essas projeções, a tendência seria de redução temporária das chuvas após os eventos recentes, seguida de retorno das precipitações ao longo da segunda quinzena de fevereiro. Apresentou ainda previsões baseadas no *Weather Research and Forecasting Model (WRF)*, modelo numérico de previsão meteorológica amplamente utilizado para simulações atmosféricas e empregado também pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), unidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os resultados indicam comportamento semelhante entre os modelos analisados, com

possibilidade de novos episódios de precipitação por volta dos dias 16-17 de fevereiro. Por fim, apresentou análise da previsão climática de médio e longo prazo, destacando o monitoramento das anomalias de temperatura da superfície do mar na região *Niño* 3.4, no Pacífico Equatorial, indicador relacionado aos fenômenos *El Niño* e *La Niña*. Explicou que as condições recentes indicam tendência de transição para neutralidade, com possibilidade de aquecimento gradual das águas na faixa equatorial central do Pacífico ao longo dos próximos meses, com a tendência de *El Niño* para junho-julho-agosto. Com base em projeções do International Research Institute for Climate and Society (IRI), da Universidade de Columbia, bem como análises de instituições brasileiras como o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), indicou tendência de precipitações dentro ou ligeiramente acima da média para a região das Bacias PCJ no trimestre fevereiro-março-abril, com possibilidade de intensificação desse sinal no período abril-maio-junho, caso se confirme a evolução das condições oceânicas. Ressaltou que eventuais chuvas acima da média no outono são particularmente relevantes, considerando que esse período normalmente apresenta baixos índices de precipitação. Apresentou também comentários sobre projeções de temperatura, indicando tendência de valores ligeiramente acima da média climatológica, cenário coerente com o contexto de aquecimento global observado nas últimas décadas. Destacou que temperaturas mais amenas, associadas a períodos chuvosos, podem contribuir para menor evaporação e menor consumo de água, favorecendo o equilíbrio do sistema hídrico regional. Encerradas as explicações, o Sr. Jorge abriu espaço para dúvidas e manifestações. Na sequência, o Sr. Denis Herisson da Silva, Secretário-Executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, solicitou a palavra para realizar uma manifestação acerca das informações apresentadas. O Sr. Denis comentou que os Comitês PCJ vêm acompanhando as discussões relacionadas à operação do Sistema Cantareira, e destacou que as previsões apresentadas indicam possibilidade de ocorrência de chuvas acima da média em determinados períodos. Mencionou que, de acordo com dados recentes do sistema de monitoramento de



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

mananciais da Sabesp, o nível de armazenamento do Sistema Cantareira havia ultrapassado 30% (trinta por cento), o que representa melhora em relação ao cenário observado no início do ano, quando os níveis se encontravam próximos de 20% (vinte por cento). Ressaltou, entretanto, que a situação ainda exige atenção e acompanhamento constante, destacando que a recuperação dos níveis ao longo dos próximos meses poderá trazer maior segurança operacional ao sistema. Em resposta, o Sr. Jorge comentou que a situação apresentou melhora recente em função das chuvas registradas no início de fevereiro, porém ressaltou que o cenário ainda requer cautela e acompanhamento permanente. Destacou que a previsão de chuvas possivelmente acima da média no período de outono pode contribuir para a manutenção dos níveis do sistema, reduzindo o risco de queda acentuada ao longo do período seco. Comentou ainda sobre a importância da operação integrada do sistema, incluindo a transposição de vazões da Bacia do Rio Paraíba do Sul, ressaltando que eventuais ajustes dependem de negociações operacionais, disponibilidade hídrica e custos associados ao bombeamento. Por fim, destacou os desafios enfrentados pelas companhias de saneamento na gestão do abastecimento, que envolve simultaneamente a necessidade de estimular o uso racional da água e garantir o equilíbrio operacional e financeiro dos sistemas. Após os esclarecimentos, não havendo outras manifestações, prosseguiu-se para o próximo item da pauta. **5. Aprovação do Plano de Trabalho CT-Indústria 2026-2027:** Na sequência, a Sra. Rebeca Silva, da Equipe de Apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), apresentou a minuta do Plano de Trabalho (PT) da CT-Indústria para o biênio 2026-2027, encaminhada previamente aos membros e já apreciada em reunião realizada em outubro/2025, tendo passado posteriormente por verificações da Secretaria Executiva e da Diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ, retornando à Câmara Técnica para aprovação final. Explicou que o Plano de Trabalho está estruturado em três categorias: A (Demandas da Secretaria Executiva), B (Temas para Discussão) e C (Eventos), contemplando atividades a serem desenvolvidas ao longo do biênio nas reuniões da Câmara Técnica. Durante a apresentação, o

Sr. Jorge Mercanti, realizou comentários complementares sobre alguns temas propostos, destacando discussões relacionadas ao reuso da água, alternativas para ampliação da disponibilidade hídrica, cadastro e caracterização de cargas industriais, além dos impactos das mudanças climáticas na gestão dos recursos hídricos. Em relação à Categoria C – Eventos, a CT-Indústria manifestou interesse em apoiar iniciativas promovidas por outras Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, como por exemplo a CT-AS, não prevendo a realização de evento próprio no biênio. O Sr. Jorge abriu espaço para manifestações dos membros. Não havendo manifestações, a minuta do Plano de Trabalho da CT-Indústria (2026-2027) foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Após as aprovações nas Câmaras Técnicas, os planos de trabalho seguirão para apreciação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e posterior deliberação pelos plenários dos Comitês PCJ, com reuniões que ocorrerão ainda no mês de março/2026. **6. Palestra: “Sistema Adutor Regional” – Denis Herisson da Silva – Secretário-Executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL:** O Sr. Jorge Mercanti, apresentou o palestrante e agradeceu a presença do Sr. Denis Herisson, convidado para expor informações atualizadas e introdutórias sobre o Sistema Adutor Regional (SAR) e o conjunto de obras associadas. O Sr. Denis iniciou sua fala registrando elogio ao trabalho da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) no apoio às Câmaras Técnicas, destacando que o secretariado das reuniões contribui para a organização dos trabalhos e para a condução mais eficiente das atividades administrativas. Em seguida, contextualizou que o objetivo da apresentação era oferecer uma visão geral do empreendimento, de forma abrangente e sem aprofundamento excessivo, a fim de que os membros da CT-Indústria pudessem compreender o escopo do projeto e seus impactos esperados para a segurança hídrica regional. Informou que o empreendimento compreende dois barramentos (Barragens Pedreira e Duas Pontes), três trechos de adutoras (tramos do SAR) e a Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia (UTR Camanducaia), destacando que essas estruturas devem ser compreendidas de forma integrada. O Sr. Denis apresentou a visão geral do projeto, indicando que as novas estruturas deverão beneficiar diretamente e



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

indiretamente mais de cinco milhões de pessoas, em 28 municípios. Apresentou também os benefícios esperados, destacando: atendimento direto por adutoras com água bruta proveniente de outras localidades; benefícios indiretos por aumento da disponibilidade hídrica e redução da pressão sobre captações em períodos de escassez; maior segurança hídrica para usos industriais, rurais e urbanos; e aumento da confiabilidade do abastecimento, com meta de reduzir falhas históricas para, no máximo, 2%. Na sequência, detalhou as Barragens de Pedreira e Duas Pontes, informando, de forma comparativa, seus principais parâmetros: na Barragem de Pedreira, volume útil de 32 hm³ (trinta e dois hectômetros cúbicos), altura de 52 m (cinquenta e dois metros) e área de reservatório de 202 ha (duzentos e dois hectares); na Barragem de Duas Pontes, volume útil de 53 hm³ (cinquenta e três hectômetros cúbicos), altura de 40 m (quarenta metros) e área de reservatório de 486 ha (quatrocentos e oitenta e seis hectares). Destacou ainda que as obras visam à regularização de vazões, com incremento associado à vazão regularizada (Pedreira: de 4,8 para 8,5 m³/s; Duas Pontes: de 3,4 para 8,7 m³/s) e possibilidade de aproveitamento energético. O Sr. Denis explicou, com apoio de esquema ilustrativo, que a regularização permite armazenar água em períodos de maior disponibilidade e liberar de forma controlada nos períodos secos, reduzindo exposição a eventos de escassez e aumentando a disponibilidade hídrica ao longo do ano. Em seguida, apresentou a UTR Camanducaia, localizada no município de Amparo, na entrada do reservatório de Duas Pontes, destacando que sua finalidade é contribuir para a manutenção da qualidade da água do reservatório e reduzir riscos associados à elevação de nutrientes em ambiente lântico. Informou que a implantação do sistema permitirá reduzir em até 96% as impurezas do rio Camanducaia, com investimento previsto de R\$ 234,4 mi (duzentos e trinta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), trazendo benefícios a municípios a jusante, com melhora da qualidade da água, redução de custos operacionais em Estações de Tratamento de Água (ETA) e melhora das condições de sobrevivência da fauna aquática, com foco na remoção de fósforo. O Sr. Denis destacou que as barragens nos rios Camanducaia e Jaguari aumentarão a vazão disponível em 8,98 m³/s (oito metros cúbicos e

noventa e oito centésimos por segundo), sendo 3,66 m³/s (três metros cúbicos e sessenta e seis centésimos por segundo) da Barragem de Pedreira e 5,32 m³/s (cinco metros cúbicos e trinta e dois centésimos por segundo) da Barragem de Duas Pontes, elevando a vazão total para cerca de 17,18 m³/s (dezesete metros cúbicos e dezoito centésimos por segundo). Explicou que o SAR-PCJ compreende a construção, funcionamento e conservação de tubulações e estações de bombeamento para transportar água bruta, divididas em três tramos, incluindo também a operação das estruturas e o fornecimento de água bruta sob supervisão e fiscalização das agências reguladoras. Na sequência, apresentou os tramos do SAR e suas características principais: **i) Tramo Central**: ponto de captação no rio Jaguari e ponto de entrega na Nova ETA (a ser implantada pela SANASA em Campinas); volume médio anual de 18,6 milhões de m³ (dezoito milhões e seiscentos mil metros cúbicos); vazão máxima de 1 m³/s (um metro cúbico por segundo), com possibilidade de ampliação futura para 2 m³/s (dois metros cúbicos por segundo); extensão de 7,14 km (sete quilômetros e cento e quarenta metros); CAPEX total de R\$ 112,9 milhões (para 1 m³/s) e OPEX médio anual de R\$ 6,8 milhões; **ii) Tramo Oeste**: ponto de captação no rio Piracicaba e ponto de entrega na represa da CODEN, no córrego Recanto, em Nova Odessa; volume médio anual de 1,5 milhão de m³ (um milhão e meio de metros cúbicos); vazão máxima de 0,79 m³/s (setenta e nove centésimos de metros cúbicos por segundo); extensão de 8,21 km (oito quilômetros e duzentos e dez metros); CAPEX total de R\$ 40,2 mi (quarenta milhões e duzentos mil reais) e OPEX médio anual de R\$ 675 mil (seiscentos e setenta e cinco mil reais); **iii) Tramo Centro-Sul**: ponto de captação no rio Jundiá e ponto de entrega na barragem do córrego Fetal, em Louveira; volume médio anual de 169.541 m³ (cento e sessenta e nove, quinhentos e quarenta e um metros cúbicos); vazão máxima de 0,150 m³/s (cento e cinquenta milésimos metros cúbicos por segundo); extensão de 8,25 km (oito quilômetros e duzentos e cinquenta metros); CAPEX total de R\$ 28,7 mi (vinte e oito milhões e setecentos mil reais) e OPEX médio anual de R\$ 365 mil (trezentos e sessenta e cinco mil reais). O Sr. Denis ressaltou que, nesse contexto, a regularização das vazões pelas barragens, associada ao SAR, permite transferir água



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

entre localidades, equilibrando oferta onde há maior disponibilidade com regiões onde há maior escassez, contribuindo para que municípios próximos do limite de captação mantenham o abastecimento e reduzam riscos de racionamentos e crises hídricas. Quanto ao modelo de implantação e gestão, informou que será realizada Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de Concessão Administrativa, para implantação, operação e manutenção do SAR-PCJ, bem como para operação e manutenção das Barragens de Pedreira e Duas Pontes e da UTR Camanducaia, com foco no aumento da segurança hídrica regional. Explicou que, nesse tipo de concessão, a remuneração do parceiro privado é feita pelo Poder Público, e não diretamente pelos usuários, condicionada ao cumprimento de metas e padrões de qualidade estabelecidos em contrato. Indicou que a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) atua na dimensão contratual, com fiscalização de metas, níveis de serviço e equilíbrio econômico-financeiro, enquanto a Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) atua na dimensão setorial, com atribuições relativas à outorga, fiscalização de usos e segurança de barragens, sendo informado que não haverá alteração das outorgas vigentes. O Sr. Denis apresentou, ainda, os passos principais do processo de contratação pelo Estado de São Paulo, destacando que o projeto se encontra na etapa de consulta e participação pública, com prorrogação por mais 15 (quinze) dias, e que as contribuições recebidas serão consolidadas antes da publicação do edital, seguindo-se as etapas de licitação, assinatura contratual (com prazo de 30 (trinta) anos) e fiscalização com indicadores de desempenho. Sobre a participação institucional, destacou a atuação dos Comitês PCJ no acompanhamento do processo e informou que foi criado, no âmbito da CT-PL, o GT-SAR, dedicado a coletar sugestões e questionamentos e acompanhar a retomada das obras, o processo de utilização dos reservatórios e a distribuição das águas, ressaltando que interessados podem solicitar participação no grupo, inclusive na condição de ouvintes, por meio da SE/PCJ, e que informações e materiais do GT estão disponibilizados na página da CT-PL. Indicou como próximos passos a consolidação das contribuições e encaminhamentos do GT-SAR para a Companhia de Parcerias e Investimentos, com cópia à SP

Águas/SEMIL, considerando a prorrogação do prazo de contribuições. Ao final, o Sr. Denis reforçou que obras estruturantes, como barragens e adutoras, devem ser acompanhadas de ações integradas de gestão e planejamento, incluindo proteção de mananciais, redução de perdas e medidas de controle de demanda, e convidou os presentes para participação em discussão sobre planejamento para estiagem. Em seguida, foi aberto um momento para manifestações dos membros, em que o Sr. Alexandre Luis de Almeida Vilella, coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), e representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) trouxe a preocupação dos usuários da bacia do Piracicaba em relação às regras operativas das novas barragens, buscando que o PCJ tenha protagonismo na operação, semelhante ao que ocorre com o Sistema Cantareira. Ele destacou a necessidade de um acordo (termo de alocação) para a distribuição da água, visto que a regularização das barragens não representa água nova, mas sim segurança hídrica adicional. Foi mencionada a necessidade de discutir o "volume de espera" nas barragens para regularizar vazões em épocas de cheia e prevenir enchentes. Os membros e convidados seguiram debatendo em relação aos trechos finais das adutoras e à possibilidade de adoção de volume de espera nas barragens, tema que ainda será aprofundado na definição das regras operativas. Destacou-se que, no momento, o empreendimento está em fase inicial, com foco nos aspectos institucionais da PPP, enquanto as regras técnicas de operação serão detalhadas futuramente, podendo sofrer ajustes após a entrada em funcionamento. Também foi apresentado o funcionamento dos tramos Oeste e Centro-Sul do SAR. Complementarmente, discutiu-se a importância da integração entre soluções naturais, como conservação do solo e reflorestamento, e estruturais, como barragens, considerando as limitações físicas e territoriais das Bacias PCJ para ampliação da infiltração e armazenamento natural de água. Ao final do debate, o Sr. Jorge agradeceu ao Sr. Denis pela apresentação e pelos esclarecimentos prestados, destacando a importância da participação da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) no apoio às atividades das Câmaras Técnicas e ressaltando a contribuição institucional para o desenvolvimento dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

trabalhos. **7. Informes:** Dando seguimento a pauta, o Sr. Jorge deu início aos informes. **7.1. da Coordenação:** O Sr. Jorge informou que a coordenação da CT-Indústria, não possuía informes para esta reunião; **7.2. dos Membros:** O Sr. Jorge questionou os membros sobre informes e não havendo manifestações, deu continuidade para os informes da Secretaria Executiva; **7.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca Silva, da Equipe de Apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO-CFURH 2026) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o [portal](#) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o *e-mail* da Secretaria Executiva; **b) Alteração dos representantes dos membros:** Informou que a Secretaria Executiva recebeu solicitação do Sr. Vlamir Mitsuo Kanashiro para remoção de sua representação na CT-Indústria, nas posições de titular pela Rhodia e suplente pelo CIESP DR Campinas. Esclareceu que, por se tratar de solicitação do próprio membro representante de entidades já integrantes da Câmara Técnica, a alteração foi apresentada apenas como informe aos membros; **c) NewsComitesPCJ:** Convidou aos membros para acessar a Newsletter Comitês PCJ, que é um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação

da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso por ser feito pelo [link](#); **d) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca, informou a respeito do evento “Ações de Prevenção, Mitigação e Contingência Diante da Probabilidade de Escassez Hídrica 2026”, organizado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no âmbito do GT-Estiagem. Previsto para acontecer em 23/02/26, das 09h às 12h, por videoconferência, com transmissão pelo canal da Secretaria Executiva na plataforma [YouTube](#); **e) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** Informou sobre as próximas reuniões no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 99ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no dia 06/03/26, às 09h30, no auditório do Parque Rocha Moutonnée, Salto/SP. E a 35ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 31/03/26, às 9h00 por videoconferência e com transmissão pelo canal da Secretaria Executiva na plataforma YouTube. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do *site* dos Comitês PCJ; **f) Próxima reunião da CT-Indústria:** Por fim, informou que a próxima Reunião Ordinária da CT-Indústria, está prevista para o dia 08/04/26 às 09h00, por videoconferência. **8. Outros assuntos:** A Sra. Débora Papani, representante do Consórcio PCJ, registrou agradecimento à Sra. Thaís Campos, representante da ArcelorMittal (membro da CT-Indústria), informando que a empresa sediará a abertura do projeto “Gota d’Água”, iniciativa de educação ambiental voltada a educadores vinculados ao Consórcio PCJ. Agradeceu o apoio institucional da empresa e estendeu convite aos membros interessados em participar ou conhecer a atividade, solicitando confirmação prévia de presença por questões de organização e segurança. Na oportunidade, também registrou agradecimento ao acolhimento dos jovens Miguel e Juan, participantes do Movimento “Jovem, vem para o PCJ”, colocando-se à disposição para apoio e orientações durante a participação deles nas atividades. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Jorge Antônio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA
Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/02/2026 - 9h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Mercanti, coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ, agradeceu a presença dos membros, e deu por encerrada a reunião.

Jorge Antônio Mercanti
Coordenador da CT-Indústria